

FMI quer volta de empréstimo bancário

PARIS — O diretor geral do Fundo Monetário Internacional, Michael Camdessus, defendeu o restabelecimento dos empréstimos bancários, mesmo em ritmo moderado, para apoiar os processos de ajustamento e reforma estrutural nos países de renda intermediária (entre os quais o Brasil está incluído).

— Eu estou convencido que tais empréstimos correspondem ao interesse dos bancos porque são uma forma de reforçar a economia de seus clientes e seus portfólios"

Camdessus falou ao jornal *Le Monde*, à margem da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento que começou ontem em Genebra. O dirigente do FMI disse estar encorajado pelo realismo que emergiu quanto à dívida externa dos países da receita inter-mediária. Sem citar qualquer caso particular, estimou que a solução do problema da dívida desses países levará tempo e exigirá o engajamento de todas as partes interessadas.

Camdessus alertou para o risco de uma redução persistente do crescimento econômico mundial, sobretudo se as pressões protecionistas crescerem. Todos os países, incluindo os recém-industrializados, devem buscar a expansão da economia sem favorecer a inflação. Os países médios como o Brasil devem participar desse estímulo mundial da demanda.

Para ele, o papel do Fundo nesse quadro não é o do mestre-escola que atribui boas ou más notas a seus alunos e o FMI não tem o gosto nem a vocação pelas represálias nem é detentor de uma verdade econômica que buscaria impor — custe o que custar — a estados reticentes.

— Eu vejo o Fundo como um organismo destinado a analisar, informar e facilitar a cooperação internacional — disse.

O diretor do FMI considerou "anormal" o fato dos de os vendedores estarem pagando suas dívidas sem obterem novos capitais por parte de seus credores.

— É tão anormal quanto o volume de empréstimos bancários concedidos às cegas no fim dos anos 70 a países nos limites da liquidez. Devido a isso, hoje vemos países que devem enfrentar vencimentos e desembolsos de capital e juros, que ultrapassam sua capaci-

dade de poupança enquanto os bancos, escalados, hesitam em aumentar seus riscos — disse.

Ele negou que o FMI seja um fator de recessão, chegando mesmo a afirmar que sem o Fundo a recessão nos países endividados seria maior.

É a redução brutal dos investimentos desde 1982, que tornou o ajustamento inevitável — disse, acrescentando que o Fundo permitiu — apesar disso — mobilizar 37,5 bilhões de dólares em empréstimos bancários para vários países, entre 1982 e 1986. Além disso, o Fundo canalizou no mesmo período 40 bilhões de dólares em recursos próprios, além de ajudar no reescalonamento de dívidas públicas.

Camdessus lembrou que pediu aos chefes de estado dos sete países mais ricos, reunidos em Venezuela, o aumento dos recursos do FMI. Os meios do chamado Direito Especial de Saque para os países mais desfavorecidos, como os africanos, serão aumentados de 3 bilhões para 9 bilhões de dólares, em condições bem favoráveis: dez anos com cinco de carência e juros de 0,5% ao ano.

O dirigente do Fundo mostrou-se preocupado com a possibilidade das orientações do FMI darem origem a tensões sociais, desfavorecendo ainda mais, os mais pobres nos países endividados. O problema é grave, admitiu Camdessus, acrescentando que não é preciso confundir o mal com os remédios. Para ele, os males correspondem a más políticas econômicas que conduzem os países a situações desesperadas. Geralmente esses países só recorrem ao Fundo *in extremis* e, nesse momento, lembrou, as medidas de reajuste só podem mesmo ser bem severas.

— O maior mal para um país pobre é acrescentar uma má política econômica à pobreza — disse, ressaltando que em qualquer caso, cabe sempre ao país atingido estabelecer suas prioridades no curso de um programa de ajustamento: escolher as despesas que irá cortar e as prioridades de investimento a adotar.

Cabe encontrar meios melhores de proteger as populações pobres no curso desses programas de ajustamento — lembrou o diretor do FMI.